

## COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

# TÍTULO: A COMUNICAÇÃO SOCIAL NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO DA REALIDADE DE MOÇAMBIQUE, A PARTIR DA PERSPECTIVA DE MARSHALL MCLUHAN

Edgar Mundulai Armino Barroso; [edgarbarroso@discente.ufg.br](mailto:edgarbarroso@discente.ufg.br)

### RESUMO

A era digital tem transformado a comunicação social, impactando a produção e consumo de informações e reconfigurando estruturas sociais, políticas e culturais. Este artigo investiga essas mudanças em Moçambique, aplicando a teoria de Marshall McLuhan. Utilizando análise documental, a pesquisa examina a transição das mídias tradicionais para as digitais e seu impacto no espaço público, destacando a influência das dinâmicas de poder e da exclusão digital nas potencialidades desses meios.

### PALAVRAS-CHAVE

Comunicação Social; Era Digital; Marshall McLuhan; Moçambique.

## 1 INTRODUÇÃO

A era digital tem trazido transformações profundas na área da comunicação social, afetando a maneira como as informações são produzidas, distribuídas e consumidas. Com efeito, vivemos atualmente numa “sociedade em rede”, onde as tecnologias de comunicação e informação, além de facilitar a troca de informações, reconfiguram profundamente as estruturas sociais e de poder, marcadas pela interconexão crescente entre indivíduos, organizações e Estados, com implicações diretas na reestruturação das esferas econômica, política e cultural da sociedade contemporânea (Castells, 1996; 2009).

---

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Este artigo tem como objetivo explorar como essas mudanças têm estado a ocorrer em Moçambique, analisando o impacto das tecnologias digitais na comunicação social do país, à luz do pensamento de Marshall McLuhan. McLuhan, na obra *Understanding Media: The Extensions of Man* (1964), apresentou o argumento segundo o qual “o meio é a mensagem”, apresentando os meios de comunicação social como extensões tecnológicas da experiência humana – afinal, como Marchessault (2005) assevera, “Essencialmente, McLuhan acreditava que todas as tecnologias eram extensões e expressões dos nossos corpos” (Marchessault, 2005, p. 73) – e sugerindo que a forma como a comunicação é transmitida pode influenciar decisivamente a sua recepção junto do público-alvo tanto quanto o conteúdo. No campo teórico da comunicação, dissertar sobre o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos comunicacionais em dois países do Sul Global é de crucial importância, por ser uma temática muito pouco explorada.

Nesse desiderato, é questão-problema do estudo analisar como as tecnologias digitais, especialmente as redes sociais e os meios de comunicação online, têm impactado a comunicação social em Moçambique, reconfigurando as estruturas sociais, políticas e culturais locais. A hipótese central proposta é que a digitalização da comunicação tem provocado uma descentralização na produção e disseminação da informação, desafiando os modelos tradicionais de controle midiático e promovendo novas formas de participação social e política nesses países. Com efeito, é nosso entendimento que a análise dessas transformações permite compreender como as dinâmicas de poder, as estruturas sociais e a produção de sentido têm sido reconfiguradas pela digitalização da comunicação, fenômeno central para a sociedade contemporânea. Assim, aplicando o pensamento de McLuhan, este estudo visa contribuir para o entendimento de como os meios digitais, enquanto plataformas, moldam as mensagens e impactam o público de maneira única, revelando a interdependência entre tecnologia, comunicação e sociedade.

Metodologicamente, o estudo ancora-se numa abordagem qualitativa que privilegia a pesquisa documental – através da consulta de instrumentos normativos como a Constituição, a Política de Comunicação Social e a Lei da Imprensa em cada

um dos países – e a revisão da literatura sobre estudos específicos em comunicação social na era digital, no geral, e com enfoque especial para os casos de Angola e de Moçambique. Nesse contexto, faremos uma breve contextualização sobre a história da comunicação social nos referidos países, uma reflexão sobre o processo de transição das mídias tradicionais para as digitais, uma discussão sobre a relevância da teoria de McLuhan para o entendimento das transformações que têm ocorrido na era digital, e uma análise sobre o impacto que a centralidade das tecnologias de informação e comunicação tem tido na reconfiguração do espaço público localmente.

## **2 MCLUHAN E “O MEIO É A MENSAGEM”: BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

Marshall McLuhan introduziu o argumento segundo o qual “o meio é a mensagem” no primeiro capítulo do seu trabalho seminal “*Understanding Media: The Extensions of Man*” (1964). Esta abordagem, acreditamos, sugere que o impacto das mídias vai além do conteúdo específico que elas transmitem; é a própria forma e tecnologia do meio que molda a experiência da comunicação e, por consequência, todas as relações humanas que ela possibilita.

O que podemos reter desse argumento é, por conseguinte, que qualquer tecnologia, ao expandir as capacidades humanas, altera as suas relações sociais e individuais. Nesse âmbito, essa mudança ocorre independentemente do conteúdo que a tecnologia transmite. Por exemplo, McLuhan (1964) utilizou a luz elétrica como exemplo de um meio que é, por si só, uma mensagem, já que a eletricidade, sem um conteúdo explícito, transforma profundamente a sociedade. Para o autor, mesmo quando a luz elétrica é usada em diferentes contextos, como cirurgia ou esportes noturnos, sua verdadeira mensagem é a reconfiguração da sociedade e das interações humanas. Portanto, o foco em “conteúdo” muitas vezes obscurece o impacto real do meio em si.

Escolhemos o conceito mcluhaniano do meio como a mensagem por concordarmos com Marchessault (2005) ao assumir que ele é fundamental para compreender, criticamente, como a mídia funciona, porque McLuhan vê a mídia “não apenas no contexto da comunicação, mas como ambientes que têm um efeito independentemente da mensagem que carregam” (Marchessault, 2005, p. 173). Não obstante, tomamos também em consideração as limitações dessa perspectiva, também fazendo jus ao que Marchessault (2005) defende, destacando que

Ele ignora o conteúdo da mídia por sua conta e risco; suas oposições, embora heurísticas, são, no entanto, rígidas demais; ele não analisa a economia política das tecnologias; há um misticismo subjacente em seu pensamento que explica algumas de suas declarações mais ahistóricas; seu formalismo oculta qualquer explicação sobre o poder [...]. (Marchessault, 2005, xviii-xix)

Tomando tudo isso em consideração, reiteramos o entendimento de Marchessault (2005) quando assume que “A chave para qualquer análise da mídia, que para McLuhan sempre esteve conectada aos espaços e temporalidades do mundo da vida, é uma abordagem do campo reflexivo” (Marchessault, 2005, xi). É dentro dessa perspectiva mcluhaniana que analisaremos, de forma reflexiva, o impacto dos meios de comunicação social em Moçambique, procurando refletir sobre como eles têm desempenhado um papel significativo na formação da opinião pública e na disseminação de informações, desde o período colonial até à era digital onde novos meios e formas de engajamento têm emergido e influenciando, com o seu impacto, a esfera pública.

### **3 A COMUNICAÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: PASSADO E PRESENTE**

Antes da independência, Moçambique estava sob o domínio colonial português, e a comunicação social da época refletia esse contexto. Isso ocorreu não porque ela defendia, necessariamente, a ideologia colonial e a colonização, mas porque ela se desenvolveu dentro desse contexto colonial (Hohlfeldt *et al.*, 2011). Os primeiros meios de comunicação social foram os jornais, depois a rádio e, por volta da década de 1980, a televisão.

Após a independência em 1975, houve uma significativa transformação nos meios de comunicação social. O novo governo de orientação socialista – liderado, em Moçambique, pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) – nacionalizou os principais veículos de comunicação, transformando-os em órgãos estatais (Namburete, 2014). Essa nacionalização tinha como objetivo contribuir nos esforços de construção da identidade nacional dos novos Estados, controlar a narrativa nacional e promover as suas pautas ideológicas.

Segundo Nhanale (2022), este período foi

também marcado pelo fechamento às liberdades, localiza-se no contexto de um sistema “Partido-Estado”, de orientação marxista-leninista, em que a imprensa passa pelo controle direto do partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), através do Departamento do Trabalho Ideológico e pelo Ministério da Informação, que controlavam toda a atividade editorial no país. (Nhanale, 2022, p. 40)

A seguir, apresentamos um panorama geral desse processo evolutivo.

### **3.1 Retrospectiva histórica do ecossistema da comunicação social em Moçambique**

Imediatamente após a independência, a comunicação social moçambicana caracterizava-se por ser marcadamente centralizada, refletindo lógicas de “controle total do partido [FRELIMO] sobre o Estado e do Estado sobre a sociedade, mediante um duplo comando formado por uma economia de planejamento central e por uma ideologia marxista-leninista” (Miguel, 2008, p. 97).

Nessa altura, os meios de comunicação que operavam em Moçambique, como a Rádio Clube de Moçambique – depois transformada em Rádio Moçambique (RM) – o Notícias, o Jornal Domingo e o Diário de Moçambique – todos jornais impressos – a Televisão de Moçambique (TVM) e a Agência de Informação de Moçambique (AIM) foram todos nacionalizados e passaram a ser controlados pelo Estado (Namburete, 2014). Tal controlo central do Estado em relação aos meios de comunicação social justificava-se não só como uma forma de controlo social mas também devido às

dinâmicas da guerra civil no país, onde os fluxos de informação e a propaganda eram cruciais no teatro da guerra.

Tal cenário de controle político da comunicação social teve uma viragem radical com os processos de liberalização política e econômica dos anos 1990, assentes sobretudo na adoção da Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990. Com efeito, pela referida Constituição os princípios da liberdade de imprensa foram estabelecidos – pela primeira vez em Moçambique – através do artigo 74, que preconizava o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, o direito à informação a todo o cidadão e o direito de criar jornais e outras publicações, dentre outros (CRM, 1990).

Segundo a vigente Constituição, aprovada em 2004 e que entrou em vigor a 21 de Janeiro de 2005, a disposição mais importante que protege os órgãos de comunicação social é o artigo 48, intitulado liberdade de expressão e informação. Assim, segundo o n.º1 deste artigo, “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como ao direito à informação” (CRM, 2004). O n.º2 deste artigo estabelece que “[o] exercício da liberdade de expressão, que compreende, nomeadamente, a faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais, e o exercício do direito à informação não podem ser limitados por censura” (*ibid.*). No seu n.º3, o artigo 48 dispõe que a liberdade de imprensa compreende, nomeadamente “a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso a fontes de informação, a protecção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão” (*ibid.*).

A Lei 18/1991, conhecida como Lei de Imprensa – apesar de ainda estar em vigor, encontra-se em processo de revisão – veio reforçar a liberalização dos meios de comunicação social, concedendo o direito à informação a qualquer cidadão sobre factos e opiniões relevantes a nível nacional e internacional, bem como o direito de divulgar informações, opiniões e ideias através da imprensa. Paralelamente, Moçambique também dispõe da Lei do Direito à Informação, Lei 34/2014, que visa, dentre outros, providenciar o exercício do direito à informação e materializar o

princípio constitucional da participação permanente na democracia e na vida pública dos cidadãos (Limpitlaw, 2021; Leonardo, 2022).

A partir destes dispositivos legais, surgiram novos meios de comunicação social na área impressa, radiofônica e televisiva, dentre nacionais e internacionais, privados e públicos. Hoje em dia, dos meios de comunicação social que ainda existem em Moçambique, quase todos têm tentado deter também uma plataforma digital de difusão das suas produções, sendo uns mais bem sucedidos do que outros. Não obstante, atualmente o ecossistema midiático moçambicano público e privado pode ser caracterizado como de baixa circulação, essencialmente de opinião e onde prevalece “a falta de independência de funcionamento da radiodifusão pública, as violações sistemáticas contra as liberdades de imprensa, assim como a existência de um partido dominante com cultura de controle dos media” (Nhanale, 2022, p. 38). Adicionalmente, embora o país tenha adotado instrumento legais que preconizam garantias formais quanto à liberdade de expressão e ao direito à informação – tais como a vigente Constituição da República, a Lei de Imprensa de 1991 e a Lei do Direito à Informação de 2014 – a sua implementação é ainda fraca ou mesmo não existente (Instituto Nacional de Imprensa, 2022).

#### **4 DAS MÍDIAS TRADICIONAIS ÀS MÍDIAS DIGITAIS: RETROSPECTIVA GLOBAL VS. AVANÇOS E RECUOS EM MOÇAMBIQUE**

Assume-se que McLuhan antecipou, há quase 60 anos, o surgimento da Internet (Coupland, 2010). Esta visão profética de McLuhan também previu a “aldeia global” em que hoje vivemos, um mundo onde o desenvolvimento da Internet e das redes sociais, bem como seu uso cada vez mais crescente e popular, têm proporcionado um acesso descentralizado e de baixo custo às novas plataformas digitais de informação e comunicação. Essa dinâmica transformou profundamente a organização social, alterando a maneira como as pessoas se conectam e interagem.

Charles (2014), ao reconhecer que é inegável o impacto profundo que essas tecnologias têm causado no funcionamento das sociedades modernas, sustenta que essa transformação se manifesta tanto na forma como essas sociedades vivem cotidianamente, quanto na maneira como seus membros interagem entre si e com as estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais presentes nelas. Além disso, as redes sociais reconfiguraram a estrutura simbólica da sociedade, mudando a forma como símbolos e significados são construídos e compartilhados. Nesse desiderato, as funções tradicionais da esfera pública também foram modificadas, à medida que novas formas de engajamento e debate público surgiram nesse ambiente digital (Castells, 2009; Manieri, 2016).

Braga (2001) destaca que esses processos midiáticos são marcados pela inclusividade e penetrabilidade nas interações sociais, sugerindo uma dinâmica comunicacional amplamente acessível e permeável às diversas esferas da sociedade. Para Martino (2001), essas mudanças não se limitam aos meios de comunicação, mas também influenciam a própria natureza da comunicação, conferindo-lhe novos significados e dinâmicas. Wolton (2003) chama a atenção para as modificações significativas na forma como a sociedade se apropria das estruturas midiáticas, o que resulta na ampliação da conversação e na emergência de novas lógicas e processos de interação social.

Fausto Neto (2008) destaca duas mutações midiáticas centrais: o advento da Internet e a crescente centralidade da mídia na sociedade contemporânea. Assim, esses fenômenos são assumidos como intimamente ligados à complexificação do sistema de processos midiáticos nos nossos dias, conforme argumentado por autores como Braga (2001), onde a mídia se transforma em resposta aos usos sociais atribuídos por diferentes segmentos da sociedade. Essa complexificação não se restringe, por conseguinte, apenas à circulação de sentidos, mas também à produção de conteúdo, o que abre espaço para a emergência de uma esfera pública midiaticizada, algo que este autor considera como um ambiente de debate aberto sobre questões de relevância social por meio dos processos midiáticos.

Nesses debates, também é de salientar o argumento central da teoria social de mídia de Thompson (2014), segundo o qual a estrutura midiática desempenha um papel fundamental na produção e circulação de formas simbólicas no mundo social contemporâneo. Nesse contexto, segundo este autor, o meio técnico utilizado na produção e transmissão dessas formas simbólicas, dependendo da sua natureza, garante um grau maior ou menor de fixação, durabilidade e reprodução de conteúdos comunicacionais. Ainda segundo Thompson (2014), na era da Internet, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos que poderiam não ter existido na sua ausência. Nesse desiderato, alguns fenômenos têm ocorrido: a emergência de pluralidade de fontes e canais de comunicação, e a centralização dos indivíduos como, simultaneamente, produtores e receptores de conteúdos comunicacionais.

Em suma, estamos de acordo quando se assume que, com a pluralidade das estruturas midiáticas na sociedade contemporânea, ampliam-se as possibilidades de produção e circulação de sentidos, resultando em novas formas de interação e em novos tipos de relações sociais (Manieri, 2016). Todavia, defendemos ser válido considerar outras perspectivas ou interpretações alternativas sobre as mudanças estruturais na mídia contemporânea, sobretudo em contextos não ocidentais, que funcionam com lógicas próprias (Appadurai, 1996; Thussu, 2007). Adicionalmente, seria útil explorar como o sistema de processos midiáticos se está a complexificar, e como ele tem estado a influenciar a formação de uma esfera pública midiaticizada, especialmente em sociedades do mundo em desenvolvimento (ou não ocidentais). Ainda mais precisamente, seria interessante examinar como essa emergência tem afetado diferentes grupos sociais e a sua participação na esfera pública nessas regiões, assunto nem sempre devidamente estudado no campo da comunicação (Lunat, 2008).

No ecossistema dos meios de comunicação social na era digital, pensamos que ainda carece de devida investigação de que maneira esses processos de transição e de apropriação podem (ou estão a) ser influenciados por interesses comerciais, políticos ou culturais hegemônicos, e qual tem sido a experiência de sociedades não ocidentais ou autoritárias (Aslan, 2022). Por outro lado, embora reconheçamos que as

estruturas midiáticas digitalizadas têm ampliado as possibilidades de produção e circulação de sentidos na sociedade contemporânea, estamos conscientes que elas também levam à fragmentação e polarização nos espaços e processos comunicativos, via algoritmos de recomendação e bolhas de filtro, em vez de promover uma maior compreensão e diálogo (Sunstein, 2018; Marret, 2022). No mesmo diapasão, autores como Wolton (2003) e Miége (2009) já tinham alertado para os riscos advindos de uma leitura superficial e limitada da comunicação baseada no lado técnico da coisa, sem considerar também os aspectos culturais e sociais da comunicação. Outrossim, e contra a corrente segundo a qual os processos de digitalização têm aberto espaço para uma maior democratização da comunicação, autores como Morozov (2011) já tinham advogado que a concentração de poder em grandes plataformas digitais – como a Meta, a Google ou o X (ex-Twitter), na atualidade – pode limitar a diversidade de vozes e reforçar desigualdades de acesso e participação.

Assim sendo, e tomando em consideração todos os argumentos supracitados, a seguir apresentamos como é que os meios de comunicação social se têm desdobrado na era digital em Moçambique. Efetivamente, o país não foge muito às experiências globais de comunicação em rede, onde o cidadão torna-se um sujeito ativo e participativo no processo de comunicação, e onde esta última deixa de ser meramente informativa e adquire um carácter e prática dialógica. Não obstante, ao olharmos para a especificidade da comunicação social na era digital, concordamos com Sodré (2006) quando sustenta que não estamos numa “revolução tecnológica”, mas sim numa “mutação tecnológica” – onde se usam as mesmas tecnologias de outras formas.

Com efeito, na era digital, em Moçambique os meios de comunicação social convencionais – os jornais, a rádio e a televisão – têm transformado as tecnologias digitais por apropriação, modificação ou adaptação, o que resulta também na transformação da forma como eles fazem comunicação. Portanto, o que tem ocorrido em Moçambique é uma coabitação entre o sistema de comunicação de massas e os sistemas pós-massivos – onde emergem formas mais plurais e interativas de comunicação, bem como a transformação e a reapropriação dos sistemas massivos

através das novas tecnologias de informação e comunicação. Adicionalmente, verifica-se, por consequência, um questionamento do monopólio da fala de estruturas midiáticas tradicionais, ao surgirem, mesmo que de forma relativamente tímida ou inexpressiva, novas mediações e novos agentes comunicacionais.

Moçambique, com uma população total de quase 32,7 milhões de habitantes, conta atualmente com mais de 6,5 milhões de usuários de Internet.<sup>2</sup> Isso representa cerca de 19,9% da população total, evidenciando o crescimento gradual da conectividade no país, embora ainda esteja distante de uma cobertura mais ampla. Em relação às redes sociais, aproximadamente 2,9 milhões de moçambicanos são usuários do Facebook, o que corresponde a uma taxa de penetração de 9% da população total.<sup>3</sup> Esses números também indicam a crescente importância das plataformas digitais no país, embora o acesso ainda seja limitado para grande parte da população.

Como se pode depreender, seria problemático assumir, de forma categórica, que “o meio é a mensagem”, na concepção mcluhaniana do termo, ao se analisar a realidade de Moçambique. O cenário fica mais reticente quando se equaciona a prevalência da divisão e/ou exclusão digital (Robinson *et al.*, 2015). Efetivamente, a falta de acesso adequado ou suficiente à tecnologia digital tem perpetuado e até agravado as possibilidades comunicativas de um número considerável da população do país. Nessa realidade, apenas certos grupos elitistas têm acesso privilegiado à informação, enquanto uma larga maioria fica à margem. Por conseguinte, aqueles que estão do lado errado da divisão digital podem estar a enfrentar exclusão social e marginalização, já que o acesso à Internet e outras tecnologias digitais se tornou essencial para participar plenamente da vida moderna (não só para o exercício pleno da cidadania como também no acesso a serviços públicos essenciais). Se a comunicação social convencional já era excludente, na era digital muito mais pessoas têm estado do lado errado do que Castells (1996) designou de “sociedade em rede”.

---

<sup>2</sup> Vide <https://www.internetworldstats.com/africa.htm#mz>. Acesso em: 24 ago. 2024.

<sup>3</sup> *Ibid.*

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não assumimos, de modo literal, o determinismo tecnológico patente nas ideias de McLuhan na relação entre os media e a sociedade, especialmente quando consideramos a realidade de Moçambique. Ao enfatizar, de forma excessiva, os aspetos técnicos das mídias – o meio em si – McLuhan ignorava, acreditamos, não só o conteúdo como as dimensões de economia política e de estrutura de poder envolvidas na produção e disseminação da comunicação; por outra, perdia-se do foco as dinâmicas de poder e controle sobre a mídia que possibilitam formas perversas de influência e manipulação, muito em voga em Moçambique. Mesmo considerando as especificidades temporais e contextuais em que o autor viveu e desenvolveu o seu pensamento, atualmente, quase 60 anos depois, um passo em frente seria reconhecer, naturalmente, a influência da mídia na sociedade, mas sem deixar de conectar essas tecnologias às realidades sociais, políticas, culturais e históricas de cada particularidade geográfica. No caso de Moçambique, respectivamente, mais de metade da população ainda se encontra *offline*. Assumir que as novas tecnologias de informação e comunicação influenciam as suas sociedades, num contexto do género, seria altamente questionável.

Ao se estudar o histórico da comunicação social em Moçambique, observa-se que os meios de comunicação social sempre desempenharam um papel fundamental na prossecução das políticas de Estado, seja ele colonial ou pós-colonial. Se, no tempo colonial, esses meios eram usados para exercer um pesado controle social e seguindo lógicas de manutenção do *status quo* colonial, no período pós-colonial eles foram também usados pelos poderes vigentes de forma instrumentalizada nos esforços de construção nacional e de legitimação dos novos regimes políticos. Portanto, mais do que a sua mera existência – o meio em si – o que podia ser (ou não) disseminado através deles é que fazia diferença, em termos sociais, políticos ou culturais. Não obstante, o processo de transição dos meios tradicionais para os digitais, na atualidade, têm tido implicações profundas na forma como a comunicação é experienciada no país.

Com efeito, é nosso entendimento que o argumento “o meio é a mensagem” oferece uma lente valiosa (mas não suficiente) para entender, atualmente, as mudanças na comunicação social em Moçambique. A transição das mídias tradicionais para as digitais no país – e mesmo que seja um processo ainda com as suas fragilidades e contrariedades – evidencia como o meio pode moldar a experiência e a percepção da comunicação. Efetivamente, uma fração cada vez mais crescente (embora ainda não expressiva) da população, predominantemente urbana, tem aderido e usado as novas tecnologias de informação e comunicação, influenciando também os meios de comunicação social tradicionais a efetuarem essa migração digital para não perder de vista o seu público-alvo. Nessa perspectiva, as transformações digitais têm ampliado as possibilidades de comunicação e alterado significativamente o panorama midiático, refletindo a teoria de McLuhan sobre o impacto dos meios na sociedade.

Acreditamos que ainda é cedo para medir o impacto real dos meios digitais no ecossistema da comunicação social em Moçambique. Apesar da migração digital ter localmente iniciado num passado recente, ela se tem consolidado de tal forma que grande parte dos meios de comunicação social têm aberto e usado páginas de internet e em redes sociais, onde disponibilizam os seus conteúdos, com predominância para o Facebook e o YouTube. No entanto, as lógicas de funcionamento desses meios de comunicação social no mundo digital – pelo menos na vertente de produção e edição de conteúdo – ainda parecem replicar a herança histórica de controle do poder político sobre elas.

Assumimos, assim, que a comunicação social em Moçambique está presentemente num ponto de viragem, onde as tecnologias digitais não só têm ampliado o alcance da comunicação, mas também têm redefinido as relações de poder e as dinâmicas socioculturais nos dois países. Por essa perspectiva, e à luz de McLuhan – onde se coloca a centralidade da tecnologia nos processos comunicacionais – concluímos que as plataformas digitais têm desempenhado um papel significativo na transformação da comunicação social local, com especial ênfase nas implicações da sua apropriação e do seu uso para a democratização da



informação, para a formação da opinião pública local e para uma maior participação cidadã.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ASLAN, Muammer. What Means Social Media on Authoritarian Regimes and For Authoritarian Regimes?. **Journal of Research on Social Sciences**, v. 10, n. 1, 2022.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio et al. (org.) **Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2001.

BUSSOTTI, Luca (org.). O jornalismo moçambicano: qualidade, inovações e desafios. **Revista Comunicação & Sociedade**, Maputo, 2019 & 2020, n.º 9-10. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Revista-CS-Prefacio-e-Introducao.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1996.

CHARLES, Alec. **Interactivity 2: New Media, Politics and Society**. 2. ed. Oxford: Peter Lang AG, 2014.

COUPLAND, Douglas. **Marshall McLuhan: You Know Nothing of My Work!**. New York: Atlas & Co. Publishers, 2010.

CRM. Constituição da República de Moçambique (1990). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176043/000472176.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CRM. Constituição da República de Moçambique (2004). **Boletim da República**, nº 51, I Série, de 22 de Dezembro de 2004. Maputo, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Revista Matrizes**, n. 2, São Paulo: USP, abril de 2008, p. 89-105.

HOHLFELDT, Antônio; CORSO DE CARVALHO, César; MANZANO, Juliano; PEREIRA TARRAGÓ, José. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Visão de conjunto.

**Interin**, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2011. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/5044/504450765002.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE IMPRENSA. Liberdade de Imprensa em Moçambique 2022.

Disponível em: <https://ipi.media/wp-content/uploads/2022/12/mozambique-por.pdf>.

Acesso em: 20 ago. 2024.

Lei de Imprensa (Moçambique). Lei n. 18/91. Disponível em

[https://www.caicc.org.mz/conteudos/documentos/LEIS E DOCUMENTOS/Lei%20de%20Imprensa.pdf](https://www.caicc.org.mz/conteudos/documentos/LEIS_E_DOCUMENTOS/Lei%20de%20Imprensa.pdf). Acesso em 28 ago. 2024.

LEONARDO, Sarmiento. Liberdade de Imprensa em Moçambique: O caso de influência do poder político no judiciário. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 05, n. 02, 2022.

LIMPITLAW, Justine. **Manual de Direito da Comunicação Social de Moçambique**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2021.

LUNAT, Ziyaad. The Internet and the Public Sphere: Evidence from Civil Society in Developing Countries. **The Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries**, v. 35, n. 3, 2008.

MAINIERI, Tiago. **Um peso, duas medidas**: desvelando a comunicação pública na sociedade midiaticizada. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

MARCHESSAULT, Janine. **Marshall McLuhan**: Cosmic Media. London: SAGE Publications Ltd, 2005.

MARIN I OTTO, Enric; MABUIE, Eulálio. Digitalização e práticas jornalísticas em Moçambique. **RAE-IC, Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, v. 8, n. 16, p. 224-247, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.24137/raeic.8.16.11>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MARRET, Christophe. **The Impact of Social Media on the Polarization of the Political Debate**: Three Cases in the European Context. 2022. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

MARTINO, Luiz Cláudio. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio et al. (org.). **Campo da comunicação**: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2001.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media**: The Extensions of Man. 1. ed. New York: McGraw-Hill, 1964.

MIÈGE, Bernard. **A sociedade tecida pela comunicação**: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social. São Paulo: Paulus, 2009.

MIGUEL, João. Mídia, política e mercado na sociedade moçambicana: o setor televisivo aberto. 2008. Tese (Doutorado). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.



MOROZOV, Evgeny. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom**. New York: PublicAffairs, 2011.

NAMBURETE, Eduardo. Desenvolvimento e crise do jornalismo em Moçambique. In: HOHLFELDT, Antonio; MORAIS, Osvando J. de (Orgs.). **Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique**. São Paulo: Intercom, 2014. p. 95-120.

NHANALE, Ernesto. O sistema dos media e política em Moçambique. **Líbero**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 37-52, jan./abr. 2022.

ROBINSON, Laura et al. Digital inequalities and why they matter. **Inform Communication Society**, v. 18, n. 5, p. 569–582, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1012532>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação não linear e em rede**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SUNSTEIN, Cass. **#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THUSSU, Daya. **Media on the Move: Global Flow and Contra-Flow**. London: Routledge, 2007.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Porto Alegre: Sulina, 2003.